temporário. **Art. 16** – Compete ao Diretor Administrativo: a) supervisionar as atividades concernentes aos encargos administrativos da sociedade, em todos os setores; b) orientar a execução da política administrativa da sociedade, definida por toda a Diretoria; c) definir as atribuições relativas ao pessoal administrativo da sociedade; d) resolver todos os casos omissos de competência da Assembléia Geral e do Conselho de Administração; e) acumular o cargo de Diretor Financeiro na ausência ou impedimento temporário deste; f) assumir, na eventualidade de ausência ou impedimento temporário, o cargo de Diretor Superintendente; g) representar a empresa em licitações públicas e privadas, assinando todos e quaisquer documentos da habilitação inicial e da proposta de preços, respectivamente. **Art. 17** – Compete ao Diretor Financeiro: a) substituir o Diretor Administrativo na ausência ou impedimento temporário deste; b) planejar e controlar a gestão financeira da sociedade; c) realizar levantamentos de fundos; d) orientar de maneira racional e mais eficiente possível a aplicação dos recursos à disposição da empresa; e) assinar com o Diretor Presidente os títulos singulares ou múltiplos representativos de ações da sociedade. **Art. 18** – Compete ao Diretor Comercial: a) promover a comercialização dos produtos industrializados e as unidades habitacionais e comerciais produzidas pela sociedade; b) orientar e coordenar a realização de trabalho para racionalização de mão-de-obra e materiais; d) supervisionar a produtividade das equipes de trabalho nas obras; e) treinar mestres-de-obra e chefes de equipe para acompanhamento das obras. **Art. 21** – Compete ao Diretor Técnico: a) elaboração de projetos e cálculos estruturais; b) supervisionar a execução dos projetos e cálculos estruturais; c) supervisionar a execução de projetos e o controle de qualidade dos materiais e das edificações; d) aprovar conjuntamente com os diretores da área os projetos de arquitetura e paisagísticos; e) representar a empresa em licitações públicas e privadas, assinando todos e quaisquer documentos da habilitação inicial e da proposta de preços, respectivamente. **Art. 22** – Compete ao Diretor Secretário: a) elaboração das atas de reunião do Conselho de Administração, da Diretoria e da Assembléia Geral; b) autorizar as publicações dos atos e fatos administrativos e financeiros da sociedade; c) preparar matérias jornalísticas e publicitárias para veiculação em jornais, revistas, rádios e televisões; d) representar a empresa em questões jurídicas, comerciais e trabalhistas; e) assinar conjuntamente com o Diretor Presidente os títulos singulares ou múltiplos representativos de ações da sociedade. **Art. 23** – Os administradores da sociedade poderão, isoladamente, representá-la em juízo perante terceiros; representá-la perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autárquicas, fundacionais, empresas de economia mista; emitir e aceitar duplicatas; assinar recibos e dar quitação; assinar correspondências e o mais que se fizer necessário ao bom andamento dos negócios sociais, limitados apenas por este Estatuto e pela lei. **§ 1º** – Todos os atos que impliquem em obrigações ou responsabilidades para a sociedade: assinatura de cheques, emissão de notas promissórias, endossos, abonos, abertura e encerramento de contas bancárias, assinatura de contratos de importação e de financiamento e/ou quaisquer documentos de qualquer espécie que importem, em obrigações ou responsabilidade de ordem financeira para a empresa, deverão ser praticados em conjunto por dois administradores, ou por um administrador e um procurador ou por dois procuradores. **§ 2º** – A concessão de aval e/ou fiança exige as assinaturas de dois diretores, em conjunto, e somente terá validade quando o aval e/ou fiança, especificamente, se destinar à garantia de operações ou contrato de interesse da sociedade. Na eventual concessão de aval e/ou fiança para terceiros, necessário se torna a autorização do Conselho de Administração em reunião de que participe, indispensavelmente, o Presidente efetivo do referido Conselho. **§ 3º** – Nas ausências ou impedimentos temporários, os diretores se substituirão automaticamente, não dependendo de qualquer formalidade, observando a ordem estabelecida nos artigos precedentes deste capítulo, sem todavia acumular honorários. **§ 4º** – Os atos descritos no parágrafo 1.º do **artigo 23**, poderão ser praticados isoladamente pelo Diretor Presidente, inclusive a constituição de procuradores em nome da sociedade. **Art. 24** – Em caso de vacância de qualquer membro da Diretoria o substituto eventual assumirá, até a realização da primeira reunião do Conselho de Administração, o cargo vago. O Conselho de Administração resolverá o que julgar conveniente sobre a continuação ou substituição do diretor naquele cargo vago. **Art. 25** – Os casos de vacância definitiva de qualquer cargo da Diretoria serão resolvidos pelo Conselho de Administração, de conformidade com o que determina a legislação pertinente em vigor. **Art. 26** – A investidura no cargo de diretor far-se-á no livro de atas da reunião da Diretoria, podendo ser feita em conjunto com a caução estipulada no artigo doze. **Art. 27** – Os diretores farão jus a uma remuneração fixa mensal, cabendo à Assembléia Geral dos acionistas fixar esses proventos, com a observação das disposições legais a respeito. **Parágrafo Único** – Caso a Assembléia que deliberar a respeito resolver fixar uma remuneração global mensal para toda a Administração da companhia, poderá delegar poderes ao Conselho de Administração para estabelecer o “quantum” que irá receber, mensalmente, cada um dos administradores. **CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL - Art. 28 – DO CONSELHO FISCAL:** O Conselho Fiscal será não permanente, de acordo com a legislação em vigor e, apenas será eleito e instalado quando a pedido de acionista em assembléia geral. **CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL - Art. 29 – DA ASSEMBLÉIA GERAL:** A Assembléia Geral é o órgão supremo da sociedade, cumprindo-lhe o exercício das atribuições definidas em lei e, além disso, resolver todos os assuntos que lhe sejam propostos, quando não, atribuindo a competência dos outros órgãos. **Art. 30** – A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro de quatro meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionista. **Parágrafo Único** – Os anúncios de convocação serão publicados como manda a lei, podendo, no entanto, ser feita convocação por carta aos acionistas, quando da Assembléia participar cem

por cento do capital votante e deles constarão a ordem do dia, sumariamente, o dia, a hora e o local da reunião. **Art. 31** – A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que convidará um ou mais acionista para secretariar os trabalhos. **Parágrafo Único** – Na eventual ausência do Presidente, outro membro do Conselho de Administração, obedecida a escala hierárquica, presidirá a Assembléia Geral. **Art. 32** – Uma vez convocada a Assembléia Geral, ficarão suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembléia ou fique sem efeito a convocação. **CAPÍTULO VI - DO BALANÇO GERAL, RESERVAS E DIVIDENDOS - Art. 33 – DO BALANÇO GERAL:** O exercício social da empresa compreende-se entre o dia primeiro de janeiro e o dia trinta e um de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único** – No encerramento de cada exercício social, proceder-se-á o levantamento e a elaboração, com observância das disposições legais, do Balanço Geral, da Demonstração de Resultados do Exercício, da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e da Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos. **Art. 34 – DAS RESERVAS E DIVIDENDOS:** Dos lucros líquidos verificados após a dedução dos prejuízos acumulados e das provisões legais, terão a destinação seguinte: a) cinco por cento, para constituição de Reserva Legal; até que atinja vinte por cento do capital subscrito; b) o saldo, se houver, terá a destinação que for determinada pela Assembléia Geral dos acionistas. **CAPÍTULO VI - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE E DOS CASOS OMISSOS - Art. 35 – DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE:** A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembléia Geral nomear um liquidante dentre os administradores e os do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Parágrafo Único** – Fica eleito o foro de Teresina, Estado do Piauí, para dirimir quaisquer litígios em relação à sociedade. **Art. 36 – DOS CASOS OMISSOS:** Os casos omissos no presente Estatuto serão solucionados com a aplicação das leis em vigor. Teresina (PI), 11 de abril de 2008 – **JOÃO CLAUDINO FERNANDES:** Pres. do Conselho de Administração; **JOÃO MARCELLO DE MACÊDO CLAUDINO:** 1º. Vice – Pres. do Conselho de Administração e **JOÃO BOSCO DE GALIZA:** 2º. Vice – Pres. do Conselho de Administração. Arquivado na Junta Comercial do Estado do Piauí em 14/04/2008, sob o n.º 220783.

P.P. 9172

ESTABELECEMENTOS JAMES FREDERICK CLARK S.A. CNPJ nº 06.702.583/0001-89					
RELATÓRIO DA DIRETORIA					
Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2007. Parnaíba 30 de março de 2008.					
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2007 E 31/12/2006 (Em Reais)					
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	
ATIVO					
CIRCULANTE	102.520	99.338	38.381	36.182	
Caixa e bancos	5.329	19.147	7.747	6.574	
Aplicações financeiras	120	120	2.790	3.998	
Estoques	80.071	80.071	27.844	25.610	
Adiantamentos a fornecedor	17.000	-	-	-	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	138.051	185.167	263.360	-	
Crédito com empresa ligada	138.051	185.167	-	-	
PERMANENTE	363.989	5.722.578	302.819	5.970.901	
Investimentos	-	5.433.977	43.000	3.100.000	
Participações em outras sociedades	-	5.433.977	43.000	3.100.000	
Imobilizado	363.989	288.601	250.373	2.633.403	
Bens em operação	288.601	288.601	604.560	6.007.083	
TOTAL DO ATIVO	604.560	6.007.083			
PASSIVO					
CIRCULANTE			38.381	36.182	
Obrigações trabalhistas			7.747	6.574	
Encargos sociais			2.790	3.998	
Obrigações tributárias			27.844	25.610	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			263.360	-	
Débitos com acionistas			263.360	-	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			302.819	5.970.901	
Capital social			43.000	3.100.000	
Reservas de lucros			4.446	237.498	
Lucros acumulados			250.373	2.633.403	
TOTAL DO PASSIVO			604.560	6.007.083	
DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS ACUMULADOS					
EM 31/12/2007 E 31/12/2006 (Em Reais)					
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006	
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS					
FINDOS EM 31/12/2007 E 31/12/2006 (Em Reais)					
	2007	2006			
Receita Bruta					
Venda de serviços	30.845	65.987			
Deduções da Receita Bruta					
Impostos e abatimentos sobre a receita bruta	(3.318)	(3.695)			
Receita Líquida de Serviços	27.527	62.292			
Custo dos Serviços Prestados	(96.926)	(165.177)			
Prejuízo Bruto	(69.399)	(102.885)			
Despesas Operacionais:					
Administrativas	337.475	240.651			
Financeiras	1.099	1.833			
Resultado da Equivalência Patrimonial	599.265	1.029.673			
Resultado Operacional	191.292	684.304			
Lucro do Exercício antes da Contribuição Social	191.292	684.304			
Contribuição social	(1.013)	(1.719)			
Lucro do Exercício antes do Imposto de Renda	190.279	682.585			
Imposto de renda	(1.361)	(2.853)			
Lucro Líquido do Exercício	188.918	679.732			
Lucro por Ação	0,0001261	0,0004538			
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007					
1) Contexto operacional: A Sociedade tem por objeto o turismo, viagens, hotelaria, alimentação, o comércio, a exploração de gêneros alimentícios de origem animal, participar do capital de outras sociedades na qualidade de acionista e explorar as propriedades rurais e urbanas que possui. 2) Principais práticas contábeis: O resultado é apurado pelo regime de competência. O ativo circulante e o realizável a longo prazo são apresentados ao valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. O passivo circulante e o exigível a longo prazo, são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. 3) Capital Social: O Capital Social totalmente integralizado é representado por 1.498.015.331 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.					
Ingrid von S. Meyer de Mendonça Clark - Diretora Presidente; Marjorie von S. Meyer de Mendonça Clark - Diretora; Luciana von S. Meyer de Mendonça Clark - Diretora; Rosemeire Pizani Santarelli - Contador - CRC 081589/O-05 - PI - CPF 125.875.698-69					

P.P. 9177